

## Apresentação

O movimento contemporâneo a favor de uma sociedade inclusiva pressupõe a reordenação dos paradigmas sociais e educacionais para grupos minoritários, nos quais se incluem pessoas com deficiência. Diante dessa premissa, o presente dossiê “Políticas de inclusão e formação na educação superior” objetiva problematizar e discutir as contribuições da produção do conhecimento, nas áreas da gestão pública, educação superior e da formação de professores, frente às políticas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, na Universidade.

Esta proposta compreende 13 artigos nas formas de ensaio teórico, revisão bibliográfica e relato de pesquisa, em sua maioria vinculados à pesquisa em rede “Acessibilidade no Ensino Superior: da análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão” (Processo 8224 – Edital n. 49/2012), que integra o Programa Observatório da Educação, apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O dossiê que ora se apresenta pela *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação* conta com a participação de pesquisadores com renomada experiência no tema central, vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior, de abrangência nacional e internacional, a saber: Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP); Universidade de São Paulo (USP/RP-SP); Universidade Estadual Paulista (Unesp/SP); Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG); Universidad de Holguín (Cuba); e Universidad de Sevilla (Espanha).

Denominado “La educación inclusiva en la Educación Superior: relato del contexto universitario cubano”, o artigo de autoria de Elsie A. Pérez Serrano (professora visitante do PPGE-UFSCar/SP, da Universidad de Holguín/Cuba) objetiva apresentar os principais fundamentos teóricos da inclusão no ensino superior cubano. Nesse artigo, a autora retrata modelos de ensino baseados em três dimensões conceituais da educação inclusiva: a) axiológica, referida à aceitação da diversidade humana como um valor; b) política, com a adoção de uma legislação para concretizar o direito à inclusão; e c) educativa, que implica a elaboração de estratégias didáticas colaborativas entre os professores, os alunos e todas as pessoas que participam do contexto universitário. O texto se apresenta como um exemplo do estado atual da inclusão na Universidad de Holguín, com referência à graduação e pós-graduação, com contribuições para pensar os desafios da educação inclusiva no contexto universitário cubano.

“¿Educación inclusiva en la Enseñanza Superior?: el caso del alumnado con discapacidad”, escrito por Anabel Moriña Díez e Víctor Hugo Perera Rodríguez, da Universidad de Sevilla (Espanha), aborda as barreiras e ajudas encontradas por estudantes deficientes identificados na Espanha. Descreve como os participantes nararam a si mesmos, sem silenciar a sua subjetividade. De forma concisa, os autores trazem contribuições para pensar os facilitadores e obstáculos que estudantes com deficiência encontraram para cursar a Educação Superior em seu país.

Direcionado a retratar a educação superior na Itália, o artigo “Orientación académica e profesional dos estudantes com deficiência nas universidades italianas”, escrito por Leonardo Santos Amâncio Cabral, Enicéia Gonçalves Mendes, do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar/SP, e Lucia de Anna, da Università degli Studi di Roma “Foro Italico” (Itália), aborda o processo de implementação e avaliação de um programa de orientação acadêmica e profissional ao público mencionado. Ao longo do texto, o leitor encontrará indicadores de boas práticas para o desenvolvimento de estratégias de inclusão social e no trabalho das pessoas com deficiência, presentes nas universidades italianas.

O artigo “Acessibilidade e deficiência na universidade: política de recursos humanos” objetiva analisar as políticas de gestão de acesso e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, no contexto universitário, sendo de autoria de Carlos Eduardo Cândido Pereira e José Luis Bizelli, ambos do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCLAr/Unesp (Araraquara/SP), e Lúcia Pereira Leite, do Programa Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da FC/Unesp (Bauru/SP). Os autores descrevem o despreparo das universidades para lidar com a inclusão do público em questão, apesar de existirem muitas políticas específicas para essa finalidade.

“Evolução da matrícula de pessoas com deficiência na educação superior brasileira: subsídios normativos e ações institucionais para acesso e permanência”, escrito por José Guilherme de Andrade Almeida, Tereza Cristina Bellosi e Eliana Lúcia Ferreira, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF/MG, efetua uma

análise das políticas públicas que influenciam o processo de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Balizados por fonte de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” e de uma universidade pública de Minas Gerais, descrevem a evolução de matrículas do público mencionado, além das ações empreendidas em prol da acessibilidade.

Com vistas a descrever as etapas de identificação de estudantes com deficiência, matriculados em uma Universidade Pública do Estado do Paraná, o artigo “Políticas públicas de acessibilidade no ensino superior: implicações na educação do aluno com deficiência nesta modalidade de ensino” foi escrito por Wáléria Henrique dos Santos Leonel, Nilza Sanches Tessaro Leonardo e Raquel de Araújo Bomfim Garcia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEM/PR. De natureza investigativa e empírica, o texto revela aspectos importantes sobre os procedimentos utilizados na identificação de pessoas com deficiência na universidade, demonstrando de modo pontual a existência de políticas públicas orientadas para tal finalidade.

O interesse pela temática sobre a política de permanência de pessoas com deficiência na Educação Superior foi a tônica de “Acessibilidade e permanência: em estudo o programa institucional de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina”, escrito por Ana Paula de Oliveira Santana, Lais Oliva Donida, Ana Lucia Monteiro e Suelen Machado Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC). Esse artigo objetiva descrever e analisar os programas institucionais Coordenadoria de Acessibilidade Educacional e Apoio Pedagógico ao Estudante. As autoras analisam o funcionamento desses programas com especial destaque aos procedimentos adotados para identificação de estudantes com deficiência e transtornos funcionais, presentes na universidade. De modo geral, trazem contribuições para pensar as estratégias de identificação do público da educação especial no ensino superior, bem como destacam aspectos importantes do delineamento adotado para a seleção do público beneficiário dos programas em questão.

“Formação de professores: desafios à educação inclusiva”, escrito por Lázara Cristina da Silva, do Programa de Pós-Graduação de Educação da UFU/MG, tem por finalidade refletir sobre a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva. De forma crítica e reflexiva, a autora tece considerações e questionamentos sobre a necessidade de se investir na acessibilidade conceitual, atitudinal e pedagógica, consideradas pontos de apoio às interfaces necessárias para o reconhecimento da diferença, como parte das propostas de formação de professores em educação especial.

No que concerne aos estudos sobre formação de professores para atuar na perspectiva da educação inclusiva, o artigo “Formação do professor e educação inclusiva: análise dos conteúdos dos cursos de pedagogia da Unesp e da USP”, elaborado por Rosimar Bortolini Poker e Simone Ghedini Costa Milanez, do Departamento de Educação Especial da FFC (Unesp/Marília/SP), descreve e

analisa os conteúdos presentes nos planos de ensino dos cursos de Pedagogia de uma universidade pública estadual, relacionados diretamente com a educação inclusiva, verificando se estão atendendo às novas exigências deflagradas pela inclusão.

Ainda sobre a mesma temática, “Cursos de licenciatura: a formação de professores para atuação na perspectiva da educação para a diversidade”, escrito por Hanna Russo Chacon Rodrigues Silva, Ana Claudia Balieiro Lodi e Bruna Cristina Barbieri, da USP (Ribeirão Preto/SP), busca revelar aspectos da formação docente de quatro cursos de licenciatura oferecidos por uma unidade de uma universidade estadual paulista. Analisa as grades curriculares dos cursos e planos de ensino que abordam as temáticas inclusão, educação inclusiva, educação especial e educação de surdos, além de entrevistas com docentes e discentes.

O artigo “Formação de professores e inserção da disciplina Libras no ensino superior: perspectivas atuais” foi escrito por Claudia Regina Mosca Giroto, do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar de FCLAr/Unesp (Araraquara/SP), Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins, do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC/Unesp (Marília/SP), e Jessica Mariane Rodrigues de Lima, do Curso de Pedagogia da FFC/Unesp (Marília/SP). De natureza documental, investiga o oferecimento da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores frente aos dispositivos descritos no Decreto n. 5.626/2005, que orientam a educação dos surdos no Brasil.

Na mesma direção, problematizando a formação de professores para atuar na inclusão de surdos no sistema regular de ensino, foi a tônica de “A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura”, escrito por Otávio Santos Costa e Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar/SP. O artigo revela dados parciais de um estudo bibliográfico que tem por finalidade retratar a literatura científica disponível sobre o processo de implementação de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura.

Ao assumir como foco a formação de professores numa perspectiva inclusiva, o artigo “Produção do conhecimento sobre o ensino de Geografia para pessoas com deficiência”, escrito por Rosimeire Maria Orlando, Taís Buch Pastoriza e Katia Regina Moreno Caiado, do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar/SP, objetiva analisar a produção de pesquisas sobre ensino de Geografia para pessoas com deficiência visual. Aponta a escolarização das pessoas com deficiência como tema em crescimento nas pesquisas, nos últimos anos, com ênfase nas metodologias de ensino.

Por fim, pensar em alternativas que reorganizem a universidade como um espaço de transformação e emancipação daqueles que, por longas décadas, estiveram à margem de possibilidades concretas de formação acadêmica e/ou participação efetiva no mercado de trabalho, constituiu-se em um tema recorrente na organização deste dossiê.

Aos mais ávidos pelos estudos e pesquisas na área da educação especial, na perspectiva inclusiva, desejamos que desfrutem das reflexões atualizadas acerca das políticas públicas de gestão, educação superior e da formação de professores, a partir da problematização dos avanços sobre inclusão, acessibilidade e universidade. Que os estudos em questão possam servir de inspiração aos que dirigem a educação superior, mas também para os que atuam com essas temáticas, a fim de sobrepujar as dicotomias existentes em torno da participação de pessoas com deficiência na universidade!

Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins  
Claudia Regina Mosca Giroto  
Rosimar Bortolini Poker  
(Organizadoras do dossiê)